



# notíciaLEGAL

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

---

## **Agravo suspende decisão sobre processo de R\$ 22 mi**



A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) obteve, na segunda quinzena de agosto, uma vitória importante junto ao Poder Judiciário, que evitou a evasão de aproximadamente R\$ 22 milhões dos cofres públicos estaduais. Trata-se de um processo referente ao pagamento de correção e juros sobre salários da Polícia Civil, contingenciados no final da década de 1990. A decisão atacada, proferida em primeira instância, homologou os cálculos do Sindipol, sem permitir que o Estado fizesse a verificação dos cálculos após juntada dos documentos necessários pelo sindicato, bem como negou

o pedido de perícia contábil. Ao receber o processo, a procuradora do Estado, Camila Pizzol de Almeida, entrou com um agravo requerendo a nulidade da decisão. Monocraticamente, o TJES suspendeu a decisão atacada, atendendo o pedido da procuradora. “A decisão ofendia o princípio do contraditório, além de ter homologado cálculos com várias incorreções e negado o pedido de realização de perícia para se chegar aos valores corretos”, explicou Camila. Também participou do processo a procuradora Kamila Dela Fuente Freire Bustamante.

## **Procurador-geral visita juízes no interior**

O procurador-geral do Estado, Alexandre Nogueira Alves, realizou, nos dias 18 e 22 deste mês, visitas institucionais aos juízes titulares das Varas da Fazenda Pública de Linhares e Cachoeiro do Itapemirim, respectivamente. Segundo Alexandre, as visitas devem se estender para outras cidades do interior. “Estivemos com os juizes Thiago Albani, em Linhares, e João Batista Chaia, em Cachoeiro. O objetivo desses encontros é melhorar a interlocução da PGE com o Poder Judiciário, de modo a aperfeiçoar cada vez mais nossos procedimentos de trabalho junto às Varas da Fazenda Pública espalhadas pelo Estado”.

## **CNPGE leva propostas ao presidente da Câmara**

Representantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (CNPGE) estiveram reunidos, no dia 22/08, em Brasília, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Na ocasião, apresentaram sugestões legislativas para auxiliar no combate à sonegação fiscal e melhorar a área de segurança pública. A iniciativa do CNPGE foi elogiada por parlamentares em plenário. Representando a PGE no evento esteve o procurador-chefe da PCF, André Luis Garoni de Oliveira.

---